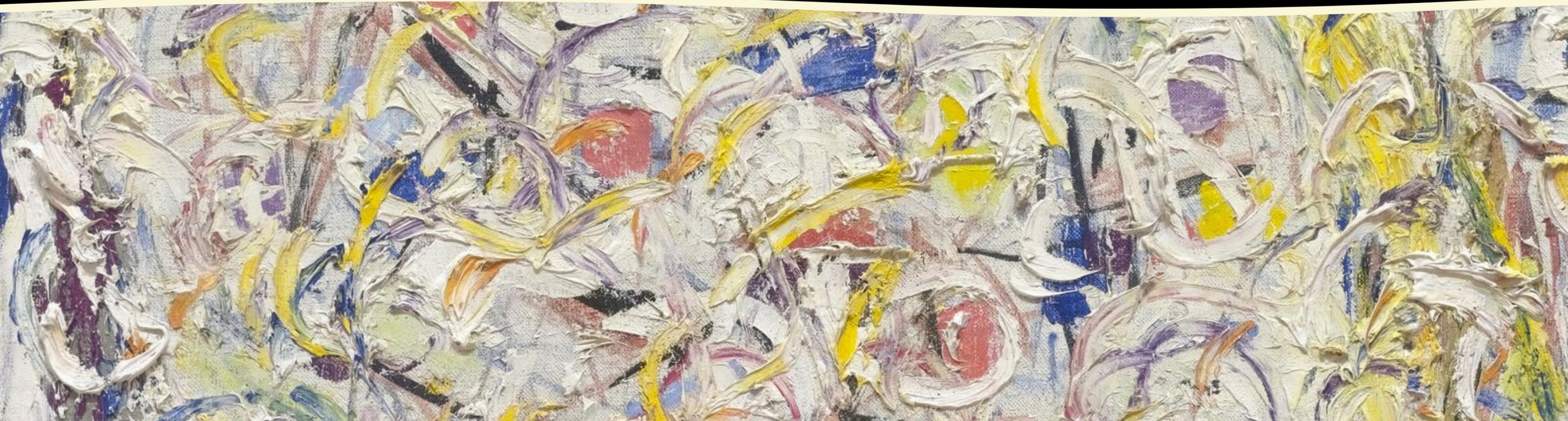


Praia Vermelha



Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Temas Livres

v.33 n.1

Jan-Jun/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR
Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Jackson Pollock (1912-1956)
Shimmering Substance, 1946.

Publicação indexada em:
Latindex
Portal de Periódicos da Capes
IBICT
Base Minerva UFRJ
Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

Sumário

5 Editorial

Andrea Moraes Alves

TEMAS LIVRES ARTIGOS

6 A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres

Sarah Sorati dos Santos & Tais Pereira de Freitas

25 Aborto e discriminação interseccional

Poliana Teixeira de Jesus & Debora Cecilia Chaves de Oliveira

44 Pátria que me pariu: o governo Bolsonaro e a violência obstétrica

Déborah Veviani da Silva

69 Epistemologia feminista e a crítica ao projeto filosófico da ciência moderna ocidental

Amanda Freitas Souza & Maria da Luz Alves Ferreira

90 Conhecimento produzido no mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues & Mônica Barros da Nóbrega

116 A natureza e a gênese do Serviço Social: duas teorias conflitantes

Silvio Redon & Eliane C. Santos de Campos

141 Assistente Social e sua Implicação na Rede de Atenção Psicossocial

Ingrid de Assis Camilo Cabral

162 Um olhar decolonial para narrativas maternas de congolezas refugiadas no RJ

Paula Colodetti Santos

 Você está aqui.

 Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Epistemologia feminista e a crítica ao projeto filosófico da ciência moderna ocidental

Epistemologia
Feminismo
Crítica Feminista

Utilizando como base a pesquisa bibliográfica, o presente artigo traz reflexões sobre a invisibilidade histórica das mulheres na construção do conhecimento científico. A partir das contribuições da crítica feminista, procura desconstruir a hegemonia masculina e eurocêntrica nas narrativas epistemológicas e evidenciar a importância dos estudos feministas, especialmente considerando as interseccionalidades que possibilitam sua aproximação com as diversas realidades de mulheres, como alternativa a um outro olhar sobre as teorias do conhecimento.

Amanda Freitas Souza

Graduada em Serviço Social (Unimontes), mestranda PPGDS (Unimontes).
amandafreitass@live.com

Maria da Luz Alves Ferreira

Doutora em Sociologia e Política (UFMG), professora do Depto. Política e Ciências Sociais e do PPGDS (Unimontes).
mluzferreiraalves@gmail.com

Feminist epistemology and the critique of the philosophical project of modern western Science

Based on the bibliographic research, this article brings reflections on the historical invisibility of women in the construction of scientific knowledge. Based on the contributions of feminist criticism, it seeks to deconstruct male and Eurocentric hegemony in epistemological narratives and to highlight the importance of feminist studies, especially considering the intersectionalities that allow them to approach the different realities of women, as an alternative to another look at theories. of knowledge.

Epistemology
Feminism
Feminist criticism





Introdução

As últimas três décadas tiveram especial relevância no debate da epistemologia. Caracterizaram-se, por um lado, como momento de crítica e rejeição a um projeto normativo associado à ciência moderna, marcado por uma ambição legislativa e uma perspectiva de soberania epistêmica europeia, e por outro, de transformação, com o aparecimento de outros caminhos associados à uma nova “capacidade de definição dos critérios que permitem estabelecer o que é e não é conhecimento e como ele pode ser validado” (NUNES, 2008, p. 45).

Se não é, ainda, o momento de estabelecer uma crise final da epistemologia, é possível dizer que propostas de questionamento e rejeição a esse projeto têm possibilitado o surgimento e a repercussão de novas possibilidades de debate, inclusive sobre o que é ou não é conhecimento, sobre a desconstrução de terminologias que se configuram enquanto taxativas do que é verdade ou falácia sob um ponto de vista eurocentrado, e até mesmo a redefinição de critérios que permitem distinguir tais conceitos e nos fazer pensar: ciência para quem?

Essas posições que foram surgindo buscaram questionar a própria definição de que é da epistemologia que partem os pressupostos para estabelecer os critérios de definição do conhecimento ou como este pode ser validado, bem como evidenciar que os diferentes tipos de conhecimento existentes no mundo, os diversos modos de saber e as formas de definição da validação desses conhecimentos podem propor uma ruptura com o arcaico projeto filosófico de autoridade epistêmica vinculada tanto à ciência e ao conhecimento científico europeus quanto a alguns sujeitos e grupos específicos e construir novas ferramentas teóricas que possam evidenciar a experiência dos grupos historicamente oprimidos; um *resgate da epistemologia*. Tal resgate trata-se muito mais de abarcar uma diversidade de posições críticas acerca das epistemologias que, necessariamente, prover sua dissolução.

Pensar sobre as mulheres no universo da epistemologia é o ponto a partir do qual este trabalho busca iniciar o debate. Mulheres reais, agraciadas com o atributo da invisibilidade no mundo público, nos registros, na ciência. As mulheres foram e permanecem sendo agentes ativos na construção do





conhecimento, mas esse lugar, como tantos outros, é permeado de desafios quando se trata de encontrar o sujeito feminino enquanto sólida referência, afinal, “o campo científico ao longo dos tempos foi se constituindo como essencialmente masculino, excluindo ou invisibilizando as mulheres” (SILVA, 2012, p. 14).

Tomando como base a ideia de Haraway (1995, p. 11) que “a ciência é um texto contestável e um campo de poder”, pensar sobre epistemologias feministas é pensar a construção de ferramentas teóricas fundamentais para a crítica ao patriarcado, às desigualdades de classe e raça, para a desnaturalização de categorias como gênero, feminino e masculino, e denunciar o pensamento hegemônico colonizador de base europeia, heterossexual, branca, cisgênero e sexista, que exclui sujeitos históricos coletivos que se aventuram a questionar as outras possibilidades do saber.

A sociedade ocidental organizada hegemonicamente sob uma cultura patriarcal e colonizadora assinala que o mundo se organiza a partir de um ponto de vista dicotômico, binário e hierarquizado, cuja referência de saber ou de poder esteve historicamente atrelada ao sujeito homem, branco, heterossexual, ocidental e pertencente à classe economicamente privilegiada. Os que integram as margens desse processo – e nesse lócus situam-se também as mulheres – ou, em outras palavras, os que trazem a perspectiva da diversidade e da interseccionalidade, compõem uma categoria considerada menos científica, menos válida ou menos legítima sob diversos pontos de vista, inclusive epistêmico. Nessa linha, as epistemologias feministas, mesmo com a existência de polarizações em seu interior, questionam se existe um único tipo de conhecimento, se há diferentes noções valorativas entre eles ou mesmo como devemos pensar seu acesso, sua transferência e suas implicações políticas.

Delineando uma crítica ao projeto filosófico da ciência moderna ocidental

A ciência moderna como a conhecemos é essencialmente cunhada por meio de teorias, que correspondem ao conjunto de conhecimentos utilizados como caminho para formular compreensões sobre os mais diversos objetos de pesquisa, afinal tudo “está fundamentado em teoria. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma





perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática” (HOOKS, 2020, p. 42).

A investigação sobre um objeto ou fenômeno não acontece apenas olhando-o diretamente, como se fosse possível compreendê-lo ou explicá-lo por si mesmo, pois a compreensão do real perpassa por mediações, tais como crenças ou representações, por exemplo. As teorias são narrativas passíveis de serem utilizadas para organização e explicação da vida em sociedade, podendo ser refutadas, questionadas, reconstruídas e, em muitos casos, necessariamente superadas.

Para Minayo (2002), as teorias representam correntes de pensamento localizadas em tempos históricos determinados, de modo que algumas podem até mesmo, em dado momento, serem apresentadas como predominantes sobre outras. Rago (1998) coloca que a produção científica do conhecimento está ligada ao modo como estabelecemos relação entre sujeito-objeto e a própria representação que será construída e colocada como realidade. Tais teorias, quando situadas no campo dos saberes científicos ou centradas nele, estiveram por muito tempo associadas à investigação sobre “as práticas, a produção de objetos e de enunciados, a sua circulação e validação, que definem os modos de existência dos saberes científicos” (NUNES, 2008, p. 47).

Nenhuma ciência é fruto da neutralidade e do desinteresse. Suas teorias acerca dos aspectos que permeiam o mundo, seus fenômenos, a natureza e a vida em sociedade não advêm de uma construção apolítica e não posicionada, mas estão atravessadas pelas teias das relações de poder e encontram-se em constante disputa. Na perspectiva de Muniz (2015, p. 319), o conhecimento “é um discurso posicionado, interessado em domesticar o passado a partir das ideias, valores, visões, interesses e significados de quem o elaborou, individual e coletivamente”. Nesse sentido, construir o saber e cunhar uma verdade, inclusive no campo científico, envolve uma narrativa, uma forma de estabelecer procedimentos de pesquisa, técnicas, regras e um lugar social próprios, reflexos de uma prática posicionada e comprometida, que fala de um lugar social específico e sob modos de ver, interesses, experiências e expectativas.





O processo colonizador imposto por povos europeus ocorreu através de práticas de dominação dos corpos, da cultura e do imaginário de sociedades ao sul do Equador e pela imposição da cultura europeia enquanto ferramenta ideológica e legitimadora de superioridade entre povos. Dentre as limitações aos grupos dominados, houve “a repressão das crenças, dos símbolos, dos conhecimentos dos colonizados, visto que os mesmos não atendiam aos interesses econômicos do sistema colonial” (MATTA; MACHADO, 2021, p. 34). Assim, legitimou-se uma coerção que impedia tanto a produção cultural dos povos dominados quanto constituía-se uma eficaz estratégia de controle social, que repercutiu, por um lado, em relações de desigualdade, e, por outro, em hegemonia racial.

Santos (2017, p. 143) aborda, a partir dos estudos baseados em Fricker (2007), que “interações interpessoais e sistemas sociais estruturais podem ser responsáveis por influenciar nossa prática cotidiana, consciente ou não, de atribuir status epistêmico a membros de uma comunidade”. Em outras palavras, estruturas de poder que se manifestam na sociedade podem repercutir de forma direta ou indireta no que tange a dar ou não credibilidade a um sujeito como sendo conhecedor de algo. Essa relação, nomeada de injustiça epistêmica, que traz prejuízos a determinadas pessoas e grupos enquanto “sujeitos que conhecem”, é analisada por Fricker sob duas formas: a *injustiça testemunhal* e a *injustiça hermenêutica*.

Segundo Fricker, numa transação testemunhal epistemologicamente bem sucedida, é preciso que a testemunha tenha em sua posse alguma autoridade racional acerca do que está sendo dito, do mesmo modo que a pessoa que recebe o testemunho deve reconhecer – ou ao menos não duvidar – dessa autoridade, atribuindo ao informante algum crédito. Porém, nem sempre quando somos informados de algo elaboramos julgamentos de credibilidade, porque essa tarefa é desafiadora e cheia de oportunidades para que preconceitos e vieses implícitos ou explícitos possam operar.

Estudos mostram, por exemplo, que existe uma tendência em dar credibilidade a pessoas pertencentes a identidades sociais determinadas e com reconhecimento social já estabelecido, como homens-brancos-classe média, em detrimento do que é informado por pessoas igualmente dignas de credibilidade, mas que





compõem grupos socialmente desprivilegiados, como mulheres-negras-pobres ou mesmo homens-negros-pobres. *Injustiças testemunhais* ocorrem por uma desconfiança epistêmica implícita e uma má distribuição de credibilidade, que possui caráter social e se reflete de modo a dar menos crédito a um falante ou a um grupo em particular. Os aspectos de descrédito estão geralmente ligados a preconceitos que permeiam o sujeito ou grupo em questão em diversas dimensões da vida social.

Em linhas gerais, uma injustiça testemunhal ocorre quando uma pessoa que transmite um testemunho sofre um déficit de credibilidade por conta do preconceito de identidade por parte da(s) pessoa(s) que recebem o testemunho em questão. É um tipo de injustiça epistêmica que, segundo Fricker, o informante acaba sendo lesado em sua capacidade como conhecedor (SANTOS, 2017, p. 148).

Um outro modo de injustiça epistêmica se traduz por *injustiça hermenêutica* e diz respeito à quando um “agente epistêmico tem sua habilidade de entender e expressar suas experiências limitada por preconceitos de identidade estruturalmente estabelecidos, de modo a obscurecer áreas significativas dessas experiências sociais” (SANTOS, 2017, p. 149). Epistemologicamente, quem detém um maior poder social pode obter vantagens sobre aqueles que não o possuem quando se trata de estruturar entendimentos sociais coletivos. As formas de interpretar o mundo – ou seja, os recursos hermenêuticos – estariam, desse modo, desigualmente distribuídos.

Enquanto as pessoas que estão em uma posição socialmente vantajosa podem facilmente fazer sentido de suas experiências sociais, as pessoas em desvantagem teriam dificuldade em expressar as suas próprias experiências, seja pela inadequação parcial dos recursos hermenêuticos disponíveis para tal ou pela completa inexistência das ferramentas para tornar suas experiências inteligíveis para elas mesmas e para o conjunto geral da sociedade (SANTOS, 2017, p. 149).

A trajetória das mulheres foi marcada por circunstâncias de opressão, submissão, exploração e violências. Por muito tempo tiveram relevância especificamente como reprodutoras na domesticidade, e tal realidade também repercutiu nas narrativas que as excluía, pois transmitiam ao conjunto da sociedade o





olhar e o imaginário sexista, fruto de uma sociedade constituída sob características patriarcais. Olhar esse que influenciou a historicidade, as teorias e o conhecimento científico. Hooks (2020) afirma que trabalhos produzidos por mulheres na produção literária e na bibliografia acadêmica recebiam pouca ou nenhuma atenção, consequência da discriminação de gênero. Se considerarmos a interseccionalidade enquanto critério de análise, é possível perceber uma invisibilização ainda mais profunda de mulheres negras advindas e da classe trabalhadora.

Esse cenário começa a se transformar de maneira mais expressiva a partir da projeção dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, que, dentre suas mobilizações, buscaram realizar uma recuperação da história das mulheres e produzir uma literatura sob essa “nova” perspectiva, expondo preconceitos, valorizando especificidades e emergindo trabalhos antes relegados ao esquecimento.

A projeção do movimento feminista, em sua multiplicidade e heterogeneidade, e de sua incipiente crítica a essas narrativas, tem possibilitado vislumbrar outras teorias e, conseqüentemente, outras epistemologias, em que a emancipação das mulheres, a conquista de direitos equitativos, de espaço de fala e lugar de sujeito na sociedade, na política, na cultura e na ciência se materializasse de forma concreta.

Ao incentivar a prática de produção de conhecimento científico pelos grupos sociais historicamente apartados da academia, como as mulheres, estamos caminhando rumo a um processo de descolonização do conhecimento, deixando, desta maneira, de sermos objetos de discurso científico para nos tornarmos protagonistas na construção de novos conhecimentos. Isso permite que novas possibilidades de relacionamento com a ciência sejam efetivadas, de forma inovadora e democrática (MATTA; MACHADO, 2021, p. 35).

A crítica feminista à ciência moderna, à cultura patriarcal e ao pensamento colonial gesta-se num momento em que ocorrem profundas e importantes mudanças nos sistemas de pensamento que interpretam a sociedade, especialmente em seus aspectos sociais, a partir da Segunda Guerra Mundial. Ao lado da psicanálise, da hermenêutica, da teoria crítica marxista, do pós-modernismo, os movimentos feministas compuseram





– e também endossaram – a crítica cultural e teórica aos modelos de conhecimento que constituíam as Ciências Humanas e Sociais até aquele momento.

As estreitas relações entre poder e saber foram expostas na operacionalidade do saber ocidental que, fundamentado nos pressupostos de neutralidade, objetividade e universalidade, defende um campo e uma forma de produção do conhecimento que é, porém, particularista e excludente. As reflexões feministas questionaram, de modo contundente, o modo dominante de produção do conhecimento científico pensado e praticado no masculino (MUNIZ, 2015, p. 319-320).

Esse movimento constituiu-se numa crítica à razão, ao individualismo, ao sujeito, à identidade, ao pensamento europeu e a certas categorias e lógicas tidas como modernas e universais, utilizadas como base da verdade científica, mas que se apresentavam como insuficientes para pensar, debater e teorizar acerca da diferença. As próprias premissas positivistas de neutralidade e objetividade passam a ser questionadas, na medida em que os padrões de normatividade utilizados pela ciência estavam – e ainda estão, em muitos aspectos – impregnados por valores que privilegiam o sujeito masculino, branco, cristão, heteronormativo.

A teoria feminista, na urgência de uma alternativa de produção acadêmica que problematizasse e pensasse dinamicamente as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilégio unilateral do sujeito, buscou revisitar inclusive as chamadas teorias clássicas sob outra perspectiva, trazendo luz a novas interpretações analíticas sob a égide das mulheres, ao mesmo tempo que contesta ideias já muito disseminadas no meio científico e acadêmico, registros esses que muitas vezes endossam, implícita ou explicitamente, uma perspectiva masculina e patriarcal de referenciar o mundo.

Tal exercício, que contribui para a constituição de uma epistemologia feminista ou um projeto feminista de ciência, permite questionar como a mudança de prisma, do ponto de vista dos homens para o ponto de vista das mulheres, pode alterar categorias, teorias, metodologias e o entendimento das ciências acerca da realidade, da sociedade e do mundo. Segundo Spinelli (2018), a teoria feminista guarda em seu cerne epistemológico





um movimento de desconstrução e reconstrução teórico-conceitual, sob o viés crítico e que configura como uma de suas principais características. Com isso, descortina componentes ocultos presentes em teorias já consolidadas que possibilitam desigualdades de gênero e misoginia dentro da construção do pensamento científico, além de “explicar para mulheres e homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo” (HOOKS, 2020, p. 41).

As problematizações e reflexões operadas no interior dos movimentos feministas e das mulheres desafiaram, reconhecidamente, a própria forma de fazer ciência até então hegemônica e respondem pela produção de uma epistemologia própria, reconhecida como Estudos Feministas (MUNIZ, 2015, p. 320).

As teorias do contrato social e do liberalismo são exemplos amplamente conhecidos em que a igualdade formal entre os homens e a racionalidade universal têm como base o sujeito masculino, pois era ele a referência de ser humano, detentor de direito e partícipe da vida pública e política em sociedade.

É que as teorias clássicas (e teorias em geral) detêm uma natureza forjada a partir do gênero, refletindo interesses e desejos masculinos. Indivíduo e contrato (por exemplo) são conceitos concebidos a partir de uma perspectiva masculina e engendram estruturas modernas de patriarcado. Admitir que somente os homens detêm status de indivíduo repercute em duas afirmações entre si complementares: por um lado, implica que o direito e supremacia dos homens sobre as mulheres está vinculado a uma base natural; por outro, afirma que somente os homens são livres e iguais (SPINELLI, 2018, p. 13).

Rousseau (2001), reconhecido teórico contratualista da modernidade, teorizou sobre a constituição da organização política de uma sociedade a partir da alegoria do contrato social. Em sua perspectiva, os indivíduos entregam parte de sua autonomia e seus direitos à uma coletividade da qual fazem parte, para que, a partir de um pacto de associação, a ordem seja estabelecida. Segundo ele, não há igualdade entre homens e mulheres quando se trata do sujeito do contrato social, que é essencialmente masculino, pois é ele que domina o espaço público e detém a razão humana. As mulheres, subordinadas ao



poder dos homens, seja na condução da família ou das decisões públicas, estariam atreladas ao exercício da domesticidade a partir de uma fundamentação na natureza feminina.

Tais considerações sobre as desigualdades entre os sexos estão expressas na obra *Emílio* (1992), em que o autor argumenta que, como a natureza de homens (razão) e mulheres (natureza) não é a mesma, a educação direcionada a cada um deve ser diferente, bem como os trabalhos que desenvolverão.

Nesse sentido e buscando construir uma contra-argumentação epistemológica, as teorias do contrato têm sido alvo de novas abordagens por parte da teoria feminista, sendo uma importante referência o revisionismo crítico de Carole Pateman em *O Contrato Sexual* (1993). Segundo a autora, a teoria contratualista clássica indica que o indivíduo portador das características necessárias para desempenhar a função de sujeito do contrato é o masculino, pois são eles os detentores de status social de indivíduo e ocupantes dos espaços de poder, especialmente na esfera pública. As mulheres, nesse universo, são excluídas do público e subordinadas ao domínio privado e à produção e reprodução da vida social.

Somada à problematização relacionada ao gênero, tratar sobre a repercussão da colonização na construção do conhecimento e na invisibilização das mulheres neste espaço contribui com uma postura epistemológica heterogênea, que visa a contracorrente do pensamento eurocentrado.

Pensando sobre invisibilidades de gênero nas epistemologias

Essa perspectiva de invisibilidade histórica na ciência possui dupla implicação: o impedimento ou a dificuldade do acesso delas às comunidades epistêmicas, importantes espaços de construção e legitimação dos conhecimentos; e a ausência do olhar das mulheres representantes dos mais variados grupos na construção da história humana, o que pode repercutir numa persistente memória monocular. Nesse sentido, é importante problematizar: como se deram e ainda se dão as implicações que excluíram sistematicamente as mulheres da construção do conhecimento? Como o silenciamento da produção intelectual de mulheres é base para um projeto de apagamento da capacidade criativa, imaginativa e mesmo intelectual do sexo feminino?



Miranda Fricker (2017) defende que preconceitos e estereótipos identitários podem gerar não apenas injustiças sociais e políticas, como também injustiças epistêmicas. O termo descreve uma injustiça que ocorre quando acontece a exclusão de uma pessoa ou de um grupo à produção, disseminação ou manutenção do conhecimento em razão de pressões sociais advindas de relações desiguais de poder.

Tais relações podem influenciar as normas epistêmicas de credibilidade para avaliar a autoridade do conhecimento compartilhado por determinadas pessoas ou grupos. Ou seja, é possível que determinados sujeitos ou grupos que tenham alguma vantagem ou poder social se recusem a atribuir credibilidade a outros agentes epistêmicos que, de fato, possuam autoridade racional acerca de algum assunto, mas não são reconhecidos como tal. Essa recusa em reconhecer a autoridade do outro em produzir e deter conhecimento acontece de modo recorrente quando envolve, por exemplo, preconceitos identitários (SANTOS, 2017). Nessa perspectiva, não dar a possibilidade de determinados sujeitos possuírem status de membro na comunidade epistêmica é lesá-los em alguma medida e limitar as possibilidades de abrangência da própria produção do conhecimento.

Mulheres distantes da ciência

Durante o processo de formação, muitas vezes não nos são apresentadas as referências femininas dentro da ciência, ou quando isso acontece, não se dá com a mesma ênfase que os chamados *cientistas clássicos*, referenciados em homens brancos, heterossexuais, ocidentais e com origem no norte global. Ainda é incipiente também a crítica à abordagem biologizante, que muitas vezes se assenta em pressupostos sexistas e misóginos e busca justificar a exclusão das mulheres. Tais provocações nos instigam a pensar questões de gênero que permeiam o reconhecimento das mulheres dentro das ciências, atravessados por questões de raça e classe social.

A crítica à ciência não se limita exclusivamente às dificuldades enfrentadas pelas mulheres na inserção neste campo de atuação e no reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos por elas. Perpassa também pelo questionamento de uma ciência que utiliza as mulheres como objeto de estudo. Segundo Nunes





(2008), a crítica feminista permitiu que emergissem, no campo epistemológico, distorções masculinistas produzidas por diferentes disciplinas, sobretudo na biologia e na medicina.

Através de produções dessas áreas situadas, construiu-se um arcabouço teórico que fundamentou como as mulheres deveriam se comportar, o que poderiam ou não pensar, os modos como poderiam ou não agir, constantemente atrelado à ideia de uma “natureza feminina” que era situada como inferior aos homens na relação dicotômica entre os gêneros. Esses discursos subsidiaram *verdades* assumidas por muitas sociedades e influenciaram não só o cotidiano das mulheres, mas o lugar social, político e jurídico destinado a elas.

O ativismo das mulheres, cujo início era composto por uma maioria branca, somou-se às discussões sobre desigualdade de classe e de raça. Nesse sentido, a teoria feminista vem constituindo importante arcabouço de caráter epistemológico e desponta enquanto proposta assumidamente interessada, pois seus sujeitos não estão ocultos, anônimos ou invisíveis, pelo contrário, aparecem como indivíduos reais, históricos, com interesses concretos e específicos, abertos às novas contribuições e, também, aos revisionismos. Vem também como movimento político que visa “acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2017, p. 17), entendendo que todas as ações com esse teor – inclusive as que envolvem os conhecimentos e a ciência – são um problema, independente de quem as perpetua.

Essa segunda característica – o revisionismo – demonstra um caráter crítico que se manifesta sob dois aspectos: *endógeno*, revisitando questões e perspectivas dentro da própria teoria feminista, em que um dos exemplos é a interposição das chamadas *ondas do feminismo*; e *exógeno*, que reexamina criticamente outros campos investigativos da ciência, tradicionalmente tidos como únicos e legítimos e que vêm, ao longo do tempo, sendo questionados.

A partir de uma ampla agenda política e social, os movimentos feministas se organizaram e atuaram ativamente, através de múltiplas estratégias, desde sua “primeira onda” no século XIX e nas que se sucederam nos séculos seguintes com vistas a mudanças sociais e discussões de classe e de raça. Caracterizaram-se não apenas pela forte mobilização no campo





político, como também pela consolidação de uma vasta produção teórica, que busca, dentre outros pontos, compreender questões relacionadas ao debate de gênero dentro das diversas áreas do conhecimento e reestruturar e articular as teorias convencionais à luz das questões feministas, como denunciar, expor e criticar o caráter particularista, ideológico, sexista e racista da ciência (MUNIZ, 2015).

A experiência vivenciada por mulheres não brancas também passou a ser considerada enquanto viés de debate político e epistemológico, dando, mais tarde, origem ao movimento intelectual de mulheres feministas que se reconheciam enquanto negras, indígenas e/ou latino-americanas. Segundo Matta & Machado (2021, p. 37), a “luta pode ser entendida como uma reflexão político-ideológica a partir do seu lugar de fala, ou seja, da posição social que ocuparam na sociedade escravocrata”.

Não se pode negar que o aporte teórico produzido pela crítica feminista, denunciando e expondo o sexismo operante na estruturação do saber, das ciências e das relações sociais, responde por mudanças e/ou deslocamentos nesses campos e dimensões. Contemporaneamente, os feminismos, em diferentes espaços e temporalidades, mobilizam a sociedade em torno do projeto político de respeito à diferença e de escolha de todo ser humano, particularmente as mulheres, ainda, total ou parcialmente, privadas, discriminadas e excluídas desses direitos (MUNIZ, 2015).

Os debates de gênero, colocados sob a ótica de categoria de análise, passaram a problematizar dentro da própria teoria política. A produção feminista não só levantou questões ligadas à igualdade, opressão, direitos, raça, relações de poder e hierarquia, como também realçou o caráter político dessas práticas e suas implicações na realidade social de homens e mulheres, afinal, o pessoal também é político (HANISH, 1970).

Objetivando pensar questões relativas ao direito e à igualdade, especialmente sob a perspectiva de gênero e diversidade, a teoria feminista tem buscado abordar os chamados *clássicos* sob uma nova ótica, revisando conceitos há muito tempo consolidados (SPINELLI, 2018). Vale ressaltar que o caráter revisionista das teorias feministas não tem por objetivo ocultar a importância e legitimidade desses autores. Porém, na medida





em que a postura crítico-reflexiva dessa insurgente corrente se solidifica, abre-se espaço para um viés epistemológico de *descortinamento* da opressão feminina dentro da produção científica, problematizando a exclusão das análises de gênero e apresentando novas possibilidades interpretativas.

Segundo Spinelli (2018), a construção e consolidação de uma teoria feminista crítica reflete sua apropriação por parte da academia, ao mesmo tempo que demonstra sua insurgência frente aos domínios dos saberes há muito tempo referenciados. De fato, existe uma busca por essa legitimidade epistêmica, especialmente nas últimas décadas, e para tanto têm sido desenvolvidos estudos fundamentados, especialmente considerando as realidades ao sul da linha do Equador. O conceito de gênero também exerce importante papel na consolidação desse movimento como função teórica de explicitar a relação social entre os sexos e de combater a banalização dos estudos feministas em busca de sua legitimidade epistemológica.

Desafios e possibilidades para a construção de uma epistemologia feminista

Os movimentos feministas são movimentos políticos e sociais que, em sua multiplicidade e heterogeneidade, lutam pela emancipação das mulheres, a ampliação de seus direitos e o reconhecimento do seu espaço de fala enquanto sujeito. A atuação desses movimentos, por meio de múltiplas e diferentes frentes, desde a chamada 'primeira onda', no século XIX, às ondas subsequentes, nos séculos XX e XXI, pautaram e defenderam mudanças sociais que incluíam, inescapavelmente, conquistar para as mulheres a igualdade de condições no mundo do trabalho, no acesso à educação, nos campos da política, da cultura, do lazer e também da ciência.

Apesar do reconhecimento da área de pesquisas e estudos feministas, ainda não é consenso que no Brasil exista uma teoria feminista do conhecimento propriamente consolidada. Também levantam-se questionamentos dentro dos próprios movimentos feministas, sobre a possível contradição de um projeto de epistemologia próprio, posto que a criação de mais um conjunto de regras para nortear o pensamento e a construção de verdades científicas poderia ser ponto de conflito à própria crítica realizada pelo movimento. Esse debate mostra-se uma pauta em





construção, porém calcada no esforço de pensar e repensar as relações de poder dentro da produção do conhecimento científico evitando reafirmar fundamento de caráter biológico vinculado às identidades sociais (MUNIZ, 2015).

O feminismo tem engendrado dois movimentos na direção de um projeto feminista de ciência: um que se propõe a construir uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico e outro, concomitante, que busca operar e articular os saberes sob outros moldes, outros pontos de vista. Segundo Rago (1998), sendo as experiências histórica e cultural das mulheres diferentes das vivências dos homens, experiências muitas vezes classificadas como 'das margens', de construção detalhada e pormenorizada que se expressa na busca de uma nova linguagem e na edificação de um contradiscurso, é inegável que profundas mudanças têm acontecido no lócus de produção do conhecimento científico.

A construção de uma epistemologia feminista tem como um de seus principais pontos de partida a crítica ao caráter particularista, ideológico, racista e sexista que impera sobre as ciências humanas, na medida em que o pensamento ocidental rege sob a lógica da identidade e se mostra, desse modo, resistente em pensar as diferenças. Um exemplo é a referência de ser humano enquanto homem, branco, heterossexual, civilizado e pertencente a um status social privilegiado. A valorização de espaços, hábitos ou práticas relacionadas ao sujeito masculino também cria um imaginário social hierarquizado e excludente.

A luta das mulheres para inserção em espaços de reconhecimento social, desde o banco da escola, aos laboratórios de pesquisa, foi marcada pelo banimento e pela ausência de oportunidades, que dificultou não apenas o respeito à sua condição humana, como a sua invisibilização do contexto intelectual. Quando trata-se de mulheres que possuem outros marcadores sociais alvos de preconceito, as barreiras impostas parecem mais desafiadoras.

Vale ressaltar, entretanto, que apesar de uma busca por rupturas teóricas e práticas em curso no campo das epistemologias, não é adequado dizer que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes, afinal, se há rupturas, é preciso pensar também a existência de permanências. Desse modo, considerando a edificação de uma (ou de várias)





epistemologia(s) feminista(s), é importante destacar a relevância da participação do movimento feminista na crítica cultural, teórica, epistemológica em curso às categorias dominantes que se apresentam como referência universal. É uma crítica direcionada ao sujeito, à racionalidade burguesa, ocidental. As propostas dessa nova maneira de pensar a ciência e sua produção se tornam, portanto, um caminho possível a um projeto potencialmente emancipador para as mulheres.

Partindo do pressuposto de que o modelo de conhecimento dominante é impregnado por padrões masculinos, quase nunca filóginos, é possível questionar as noções de neutralidade e objetividade utilizadas por correntes positivistas na construção e no entendimento do que é verdade dentro do saber científico. Nessa perspectiva, a crítica feminista aponta que as relações de poder são importantes instrumentos que forjam a construção dos saberes, como também teoriza Foucault (1999).

Segundo este autor, a verdade só existe se colocada no contexto das relações de poder, relações estas que estão em constante disputa. O conhecimento é, portanto, fruto do choque entre diversos pensamentos que produzem verdades distintas e são apropriadas por cada sociedade conforme seus interesses; é produto das relações de luta. Foucault também coloca que o conhecimento não é fruto da natureza ou da essência humana, mas produto de uma construção, na medida em que “o conhecimento não é instintivo, é contra instintivo, assim como ele não é natural, é contranatural” (FOUCAULT, 1999, p. 17).

As teóricas feministas, a partir de uma proposição diferente de epistemologia, cunhada sob um olhar revisionista das mulheres, se propõem a distanciar-se do sujeito enquanto ponto de partida e considerá-lo como produto das complexas relações sociais, culturais, étnicas, sexuais em que está inserido.

Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que





desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais (RAGO, 1998, p. 06).

A crítica feminista também converge para as teorias filosóficas pós-modernas, que se constituem em solo epistemológico diferente do marxismo e se propõem a analisar a produção do conhecimento fora da noção de que o discurso parte da base material das relações sociais de produção; busca revelar que as noções são fruto de diversas realidades e que conceitos e identidades são construídos de forma artificial. Nesse aspecto, não se defende que as relações econômicas e sociais tiveram primazia em relação ao discurso e ao que ele representa nas fundamentações culturais socialmente constituídas que muitas vezes legitimam diferenças sexuais.

A desigualdade inscrita nas práticas e nos fatos cotidianos e que infere na construção epistemológica e na vida das mulheres não pode ser explicada de forma unívoca pela via da industrialização e das relações econômicas. O discurso masculino tem marcado a inferioridade das mulheres e, muitas vezes, definido o lugar desigual de homens e mulheres nas relações entre si e com a sociedade.

Tratar da constituição de uma epistemologia feminista, de uma linguagem feminista que reconstrói o conhecimento, é também lidar com o desafio e os perigos da discussão de reafirmação do sujeito *mulher* e de todas as cargas sociais imbricadas nessa categoria de análise. Os constantes debates sobre as relações entre os sexos e sobre as próprias mulheres, levantados nas últimas décadas, partem da luta por emancipação deste sujeito. Essa luta pela visibilidade das questões pertinentes às mulheres, bem como pela conquista de direitos e busca pela equidade tomou conta do campo político e fomentou um contradiscurso que dá suporte à constituição de uma teoria do conhecimento própria e de caráter feminista.

O pensamento feminista e a categoria gênero foram incorporados aos diferentes campos do conhecimento; não nasceram a partir deles. No marxismo, por exemplo, o debate das relações entre os sexos, as lutas políticas das mulheres, o corpo e a sexualidade, bem como as relações raciais foram temas por muito tempo



secundarizados. A ausência de historicização desses temas foi negligenciada não apenas pelo marxismo, mas pelo pensamento ocidental.

A incorporação dos debates feministas nos campos epistemológicos tradicionalmente construídos sob a ótica masculina gerou instabilidades e até mesmo rupturas, mesmo que ainda existam muitas permanências. Conceitos masculinos e muitas vezes misóginos foram confrontados e questionados por uma nova proposta que visa pensar a diferença. Vale ressaltar que não se trata apenas de uma omissão das mulheres na participação da construção do pensamento científico, mas um projeto que visa manter as bases patriarcais do conhecimento. No marxismo, por exemplo, a tratativa das questões das mulheres só foi possível a partir de críticas ligadas a um esgotamento teórico e a busca por uma renovação conceitual.

Rago (1998) questiona: por que então se faz necessário uma epistemologia feminista? Essa proposta pode fazer perpetuar a relação poder-saber que tanto é criticada pelo próprio movimento? A autora coloca que todas as minorias excluídas historicamente estão lutando por um espaço dentro da ciência e que nenhum desses grupos detém hoje um lugar de hegemonia para interpretar o mundo. O modo feminista de pensar desestabiliza modelos hierarquizantes constituídos dentro da ciência, rompe com concepções absolutizadoras, impositivas, mas também se questiona internamente sobre a pertinência, importância ou mesmo utilidade de uma nova ordem explicativa do mundo. A proposta divide pensadoras dentro dos movimentos feministas, mas também as aproxima quando se trata em pensar uma relação entre poder e saber sem incorrer a reafirmações da “essência feminina” ou de mecanismos biologizantes de identidades sociais.

Pensar uma epistemologia feminista diz respeito não apenas a uma nova linguagem na teoria, como modo específico de produção de conhecimento, mas ao fortalecimento da identidade das mulheres enquanto sujeitos que constroem a história, que possuem uma marca própria, libertária e emancipadora.

A participação das mulheres nos espaços públicos tradicionalmente entendidos como masculinos, inclusive no espaço da elaboração teórica, transforma um enquadramento



conceitual normativo, pois questiona o processo objetivo para a construção de uma verdade pura e universal, busca a superação do conhecimento como processo meramente racional, explora novos parâmetros para a constituição do saber e traz a subjetividade como uma das formas de constituição de significados.

Considerações finais

O conhecimento é provisório, sendo passível de questionamento, refutação e atualização. Assim, é relevante pensar criticamente a construção de determinadas análises enquanto única referência da verdade. Para Tesser (1995), a definição de epistemologia perpassa pelo discurso sobre a ciência, pelo estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados dos estudos cunhados nas mais diversas áreas e localiza-se como um segmento da filosofia relativo às teorias do conhecimento humano e às relações entre sujeito e objeto de estudo.

Porém as epistemologias, especialmente quando ligadas ao conhecimento científico, suscitam críticas por seu viés sexista e misógino do saber travestido de pretensa neutralidade, objetividade e universalidade. Essa característica, dentre outras que não pressupõe acolher a diversidade de discursos que existem na sociedade, dá espaço às mulheres e aos movimentos feministas pensarem acerca de sua própria condição, muitas vezes reduzida a objeto de estudo e não reconhecidas como protagonistas na construção dos diversos campos do conhecimento.

É inimaginável pensar epistemologias feministas sem estabelecer relações com os feminismos, suas lutas, seus enfrentamentos, suas negociações e conquistas, suas críticas à cultura, à ciência e ao discurso que entrecruza as relações de poder. Trazem um aporte teórico potencialmente desestabilizador no campo do conhecimento e, fundamentado nele, provoca cenários de transformação. O caráter particularista, misógino e sexista foi denunciado e exposto para problematização pela crítica feminista, que contrapõe uma filosofia clássica da ciência moderna baseada em supostos pressupostos modernos de neutralidade, objetividade e universalidade, mas que evidenciam-se particularistas e excludentes.



A crítica feminista gesta-se num momento de profundas e relevantes transformações nos sistemas de pensamento que fundamentam o social, provocando uma ampla onda crítica às diversas áreas do conhecimento – não apenas às ciências humanas. Todo esse aporte é indispensável para se pensar epistemologias feministas, pois todos esses movimentos de problematização e reflexão desafiaram as formas até então hegemônicas de se fazer ciência.

Referências

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FRICKER, M. Injusticia epistémica. Editora: Herder Editorial, 2017.

HANISCH, C. The Personal is Political. Notes from the Second Year: Women's Liberation., 1970.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, p. 07-41, 1995.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MATTA, B. de A. R.; MACHADO, R. de C. F. A intelectualidade negra e a produção científica: um olhar decolonial. Cadernos De Ética E Filosofia Política, v. 39, n. 2, p. 33-44, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v39i2p33-44>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MINAYO, M. C. de S. Entre voos da águia e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. (org.). Caminhos do pensamento: epistemologia e método [online]. Criança, mulher e saúde collection. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 380 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IM57AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA17&dq=o+que+é+epistemologia&ots=HSXwh6vRO-&sig=lebK7Gax9J0tBuPBQXW2Dtla7SU#v=onepage&q=o%20que%20é%20epistemologia&f=false>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MUNIZ, D. do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas. In: Dossiê Relações de gênero, história, educação e epistemologias feministas: o centro-oeste em debate. Revista Opsi, v. 15. n. 2, p. 316-329, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/>

view/34189>. Acesso em: 15 nov. 2020.

NUNES, J. A. O resgate da epistemologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 45-70, 2008.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social*. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da educação*. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 423

SANTOS, B. R. G. Injustiças epistêmicas, dominação e virtudes. *In*: MULLER, F. de M.; ETCHEVERRY, K. M. *Ensaio sobre epistemologias do testemunho*. Porto Alegre, RS, 2017. p. 143-172. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/SANIED-2>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SILVA, F. F. da. *Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias*. 2012. 149 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências: Química da Vida e Saúde, RS, 2012.

SPINELLI, L. M. O potencial crítico da teoria política feminista: gênero enquanto categoria de análise. *Revista Feminismos*, v. 6, n. 3, set./dez. 2018.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. *Revista Educar*, Curitiba, n. 10, p. 91-98, 1995.



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em junho de 2023 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).